



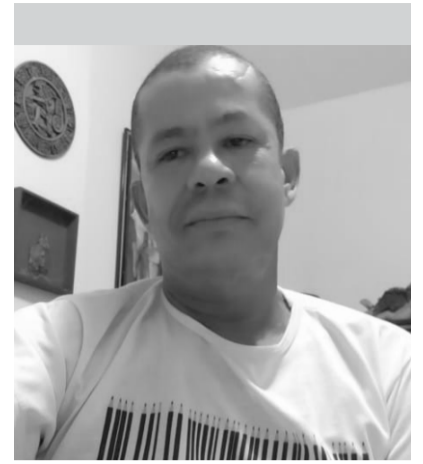
SINDICATO NALUTA

JUNHO DE 2022 - ANO XVIII

OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FEDERAL



Foto: Diego Balinhas - APROFURG



Wellington Pereira é coordenador LGBTI da FASUBRA, técnico Administrativo em educação aposentado pela Universidade Federal do Espírito Santo e é licenciado em Letras.

O BRASIL E UM TOSCO NA PRESIDÊNCIA

Filhote da ditadura, pai militar do Exército brasileiro, ainda jovem entra para o exercito onde vai se consolidar o mal caratismo típico fascista e ditador, misógino e homofóbico.

Nosso respeito a causa LGBTQIA+ é tão grande, que nós mesmos abafamos uma possível relação deste indivíduo com um outro amigo de farda, tema bem difundido nas redes sociais em 2020. Sabemos de onde vem a fúria.

Desde quando ainda deputado federal o tosco já se apresentava como inimigo da comunidade LGBTQIA+, talvez por frustração de não poder assumir sua natureza gay. Aí!!!! só os estudiosos de Freud para explicar.

Hoje, o atual presidente do Brasil, o tosco Jair Bolsonaro, constrói sua carreira atacando a comunidade LGBTQIA+ e dispersando do armário o ódio conservador e suas falas preconceituosas represadas, aos anos de lutas e conquistas após a ditadura. Da mesma forma que nós saímos do armário para ser quem somos a direita conservadora, achou o terreno fértil com as «pérolas» presidenciais.

É preciso sempre relembrar as polêmicas dos políticos com a comunidade LGBTQIA+, que se espalhou não só no Congresso Nacional e Senado, mas nas como também nas Câmaras municipais por todo país.

O tosco Bolsonaro em entrevista ao Jornal Nacional em 2018 (Reprodução:TV Globo), durante a disputa presidencial de 2018, usou e abusou do 'Kit Gay' para evocar os seus eleitores mais tradicionais.

Em 2011, ainda Deputado Federal pelo Rio de Janeiro falando em uma entrevista ao também tosco programa CQC, 'Custe o Que Custar', ao ser interrogado sobre a possibilidade de um filho ser gay, ele responde dentre outras coisas: "Eu não corro esse risco. Os meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu", em resposta à cantora Preta Gil.

Em outros momentos, o político sempre diz "Isso nem passa pela minha cabeça. Eles tiveram uma boa educação. Eu sou um pai presente, então não corro este risco". Aí me pergunto, seu filho é gay porque você foi ausente?

Durante o quadro, o tosco candidato a presidência também versa sobre se toparia participar como um convidado da 'Parada Gay', de súbito responde que "Não participo de [eventos para] promover os maus costumes. Até porque acredito em Deus, tenho uma família, e a família tem que ser preservada a qualquer custo, se não a nação simplesmente ruirá", de idiota que é, é bem capaz de muitas pessoas acompanharem estas sandices.

Uma outra sandice foi o desejo da morte dos filhos se fossem gays. Em outra entrevista polêmica para a revista Playboy, de 2011, o então deputado na época afirmou que preferia ter um filho morto a um herdeiro gay e também disse que ser vizinho de um casal de homossexuais é motivo para desvalorizar o seu imóvel.

"Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo".

Em 2019 com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de enquadrar atos preconceituosos de homofobia e de transfobia no crime de racismo, o tosco presidente criticou a decisão afirmando ter sido um equívoco e que o STF legislou sobre o assunto ao tipificar homofobia como racismo.

"A decisão do Supremo, com todo o respeito que tenho aos ministros, foi completamente equivocada. Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes cada vez mais. No meu entender, não poderia ter esse tipo de penalidade. A penalidade se você ofender uma pessoa, dar uma facada, dar um tiro só porque é gay, tem que ser agravada a pena dessa pessoa e ponto final".

Diante disto tudo, fica difícil imaginar que uma pessoa da comunidade LGBTQIA+ que pensa e analisa os fatos da criminalização à nossa comunidade, os inúmeros suicídios e as depressões a que somos acometidos, possa votar em um tosco. Eu não tenho um amigo Gay!!!! Eu tenho uma falange, eu tenho filhos, netos, sobrinhos, pais, mães.

Eu sou orgulhoso por ser quem sou. GAY!!!!!!



EDITORIAL

OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS COMO “POLÍTICA DO BODE”



A *política do bode* tem origem na expressão bode expiatório, de origem bíblica. No campo da política significa colocar um bode na sala quando as coisas estão muito tensas. Com a presença do caprino o ambiente fica “meio fedorento”. Gera-se um constrangimento com a presença do dito cujo. Pois bem, ao retirá-lo, as coisas tendem a relaxar.

Hoje se debate com grande vigor (e com razão) os bloqueios (o bode). Na medida em que os mesmos forem se desarticulando, pode-se conviver melhor com o famigerado teto de gastos. Este como política estrutural, diferente do “bode”, que é uma situação conjuntural.

Por isso há necessidade de resgatar, para refrescar a memória, a infame Emenda Constitucional 095/2016. Esta emenda congelou o orçamento no que concerne a políticas públicas em relação a educação, saúde, seguridade social, previdência, salário-mínimo, etc.

Isto corresponde a praticamente 50% do orçamento da União. Os outros 50% correspondem à fatia do pagamento da dívida pública, que vai para **alguns bancos** que detêm a propriedade do conjunto dos Títulos da Dívida Pública. Estes remuneram a especulação do sistema financeiro, segundo a Taxa Selic, produzindo uma brutal transfe-

rência do fundo público para estes bancos.

Esta parcela do orçamento público **NÃO ESTÁ CONGELADA**. Ao contrário, tende a aumentar na medida em que a cota orçamentária das políticas públicas diminui em função do congelamento. Lembremos: o congelamento – **teto de gastos** – fixou o teto da dotação orçamentária tendo como base o ano de 2017.

De lá para cá as dotações vêm diminuindo assustadoramente. Este é um importante resgate que os cortes trazem para a revivência do quadro caótico em que vivem as instituições federais de ensino, mesmo antes dos bloqueios anunciados. Mesmo antes do “bode”. Este (o bode!) apenas acelera a miserabilidade orçamentária das Instituições Federais de Ensino Público, rumo ao fechamento desse sistema, e também se inclui aqui a educação básica.

Ou seja, a partir da Emenda Constitucional 095/2016, ficou estabelecido um teto de gastos – por 20 anos – para o conjunto das políticas públicas. Uma proibição constitucional de aplicação do fundo público para políticas de redistribuição de renda, como é o caso do reajuste do salário-mínimo, que beneficia milhões de trabalhadores e trabalhadoras aposentada(o)s, por exemplo.

Bem sabemos que a valorização do salário-mínimo no período dos governos de Lula e Dilma trouxe uma enorme pujança à economia brasileira. Bem sabemos, também, que os recursos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, canalizou milhões de reais para as Instituições Federais de Ensino, transformando o sistema qualitativamente e quantitativamente – mudando o perfil socioeconômico do alunado, em benefício da classe trabalhadora (os dados são irrefutáveis).

Um período de prosperidade econômica e social que só foi possível mediante o redirecionamento do Estado como indutor de um programa de desenvolvimento abertamente antineoliberal. Pois bem, isso só ocorreu porque foi possível usar o orçamento público para políticas públicas. Foi possível, como nos diz Lula, incluir o povo no orçamento.

Portanto, importante enfrentar o “bode”, mas não podemos perder de vista o problema na sala antes do “bode”, sob pena de rebaixarmos nossa luta política contra a privatização da educação, em todos os seus níveis.

Cassiane de Freitas Paixão - Socióloga. Professora Associada FURG Sociologia – ICHI- Membro do grupo de Pesquisas NEABI FURG

Mauren Lisiane Acosta Amaral - Bacharel em Direito pela Furg, Advogada, Vice-presidente da OAB Subseção Rio Grande – RS. Graduanda do curso de Letras- Português da FURG. Membro do grupo de Pesquisas NEABI FURG.



AMEAÇAS À BRANQUITUDE

Não se preocupe, esse não é um texto para te deixar com medo! É uma reflexão que esperamos que seja em conjunto, até porque o povo preto resiste, mesmo com medo, contra a ideologia racista aqui pensada junto ao Estado brasileiro, há muito tempo...

O ano de 2022 podia ser um ano mais tranquilo, com uma parcela da população vacinada, retorno ao ensino público presencial. No entanto, para a população negra as sequelas foram deixadas antes, durante e depois da pandemia.

Dentre as manchetes de mortes violentas que nos machucam a cada dia, e nos fazem questionar: Quando teremos nossas vidas protegidas pelo Estado? Ainda precisamos lidar com as incertezas e poucas expectativas da juventude, que acorda com uma nova disciplina sobre “seu projeto de vida”, mas não consegue nem o transporte público para ir até a escola.

Os números de evasão escolar, de desigualdade educacional acirrada ainda mais nesses dois últimos anos, ainda precisamos pensar sobre o futuro, ou melhor, o dia de amanhã.

E em meio a todo esse descaso do Estado brasileiro, racismo e sexismo que aflora a cada dia e nos faz pensar em como chegar em casa no fim do dia, nos deparamos com o medo da branquitude em “perder seus privilégios”, em nos deixar ocupar uma vaga do concurso público, em nos ver permanecer em duas vagas de uma turma de graduação, ou uma única do curso de pós-graduação, em conviver em um local que é público, mas que possui um recorte bem estruturado sobre quem é esse público.

Há quase vinte anos de implantação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares do país, ainda lidamos com a omissão do tema nos

planos pedagógicos de algumas escolas, além do despreparo do sistema educacional para ministrar o conteúdo, abordando-o apenas em datas temáticas, como os meses de maio – abolição da escravatura – e novembro – dia da consciência negra.

E essa abordagem, além de esporádica, é superficial, e muitas vezes o tema é apresentado por grupos externos à comunidade escolar, representativos de instituições e coletivos voltados para a temática étnico-racial. Não podemos afirmar, portanto, que a referida lei, embora tenha fomentado o interesse pela história do povo preto no Brasil, tenha efetivamente atingido o seu propósito, de promover um ensino diferenciado, que se afasta da visão eurocêntrica predominante nos currículos da educação básica nacional.

Já a Lei nº 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, que determina a reserva de 50% das vagas nos processos seletivos para ingresso nas instituições de ensino superior, aos alunos oriundos de escolas públicas, as quais serão divididas entre alunos de baixa renda, pessoas com deficiência, e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, também não escapa das críticas da branquitude. Desde a implementação da lei, apesar de as cotas serem destinadas aos egressos do ensino público, estudantes de baixa renda e deficientes independentes de suas características fenotípicas, é justamente a destinação de vagas para pretos, pardos e indígenas, que gera críticas, por parte daqueles que não reconhecem a importância e o caráter reparatório de uma política de ação afirmativa.

No momento, a Lei de Cotas corre o risco de ser revogada, pois, conforme previsto em seu texto, a lei deveria ser revisada, e por isso tramitam alguns projetos de lei voltados ao tema. Enquanto isso, seguimos, apreensivos, em movimento, e aguardando o desfecho da situação.

A Lei de Cotas em seus dez anos de existência é alvo não apenas das críticas da branquitude, mas de fraudes por parte daqueles que vislumbram no critério da autodeclaração uma possibilidade de ingresso “fácil” na universidade e forjam características fenotípicas para participar do certame sob o amparo das cotas. Todavia, nem só de pontos negativos é constituída a história dessa lei, que ainda de forma sensível, alterou o perfil dos universitários do país, pois segundo o IBGE, no Relatório das Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, “[...] **estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. Entretanto, seguiam sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população [...].**” (p. 9).

Entre as políticas públicas de ações afirmativas, temos ainda a conquista de reserva de 20% do total de vagas em concursos públicos, prevista pela Lei nº 12.990/14. Aqui, evidentemente, o percentual de vagas reservadas é bem baixo, ainda mais quando os editais são recortados com menos de 3 vagas ofertadas, e ainda assim, é alvo da fragilidade dessa ideologia da branquitude, que se sente aviltada pela legislação, e, a exemplo do que se verifica na Lei de Cotas para a educação superior, tenta fraudar o concurso. São episódios grotescos de falsidade ideológica e um crime contra nossa resistência preta!

Enquanto a branquitude, que não quer reconhecer, renunciar, ou mesmo compartilhar seus privilégios, e considera qualquer avanço do povo preto uma ameaça a sua segurança e confortável existência, e que mesmo diante de avanços na legislação, apresentam barreiras contínuas, ainda vamos insistir muito nos “nossos projetos de vida”, para nossa juventude e para a manutenção e ampliação de políticas de ações afirmativas. Trata-se, aqui, do mínimo que o Estado pode fazer para um povo que continua a sofrer os efeitos cruéis de um projeto de nação que foi alicerçado no controle de nossos corpos, nossa cultura e nosso conhecimento.

5

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO

Mara Weber - Militante em Saúde Trabalhador(a),
Diretora Secretaria Saúde e Relações de Trabalho
Sintrajufe/RS, Diretora CUT/RS, fundadora do Fórum
Sindical de Saúde do (a) Trabalhador(a) - FSST, servidora
aposentada TRT4, formada em Administração Pública
pela Unisul. Coordenou pesquisas saúde na base do
Sintrajufe/RS nos anos 2008 a 2012



O tema assédio moral e sexual no ambiente de trabalho vem sendo objeto de muitos debates, pesquisas e estudos, especialmente nas últimas décadas. O presente texto se propõe a uma reflexão das origens dessa violência extremamente presente no mundo do trabalho atual.

Compreender as dimensões histórica, política e social do assédio moral e sexual no trabalho é fundamental para construir a superação dessa violência que destrói a identidade do sujeito, sua integridade mental e física, sua subjetividade, tirando o prazer de trabalhar e enfim de viver.

Lembrando os ensinamentos do historiador de economia Fernand Braudel, o capitalismo não é uma organização ética e nem religiosa e não tem nenhum compromisso com qualquer moral privada ou pública que não seja a da multiplicação dos lucros e a da expansão contínua dos seus mercados.

Esse fato é um importante ponto de partida para entendermos o grande aumento de volume de casos de assédio moral e sexual a partir da expansão do projeto neoliberal de capitalismo no mundo. O capitalismo organiza a vida em sociedade e o mundo do trabalho.

Estamos numa fase neoliberal de radicalidade do lucro pelo lucro, onde o modelo econômico e, por consequência, o mundo do trabalho é desregulado, precarizado e destituído de direitos mínimos à dignidade, integridade de corpos e mentes. Um mundo do trabalho violento, solitário, alienado e colonizado. Isso tudo vendido com caixa dourada e reluzente que leva a Classe Trabalhadora a acreditar que precarização é empreendedorismo, desigualdade de oportunidades é meritocracia, individualismo é melhor que solidariedade, teletrabalho é você organizando seu tempo e retirar direitos e desregular proteções básicas é fazer mais com menos. E tudo isso é inevitável no “novo mundo do trabalho 4.0”. Como diz a professora Ana Magnólia Mendes (UNB) “é o canto da sereia”.

Se na dimensão histórico-política a superação dessas violências só se dará num processo de superação do próprio capitalismo para outra forma de organizar a economia de forma justa e sustentável e em outras relações sociais onde a opressão será extinta, é no mundo real e presente que precisamos atuar. E isso significa construir resistência e superações dessa violência nos territórios em que atuamos e no mundo do trabalho que vivenciamos.

Compreender os desdobramentos dessa política neoliberal para as políticas de gestão de negócios e pessoas dentro das empresas e organizações do setor privado e público é buscar transformar essa cultura de violência

organizacional através de estratégias coletivas de defesa a partir da coletividade e da solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras.

Entender o assédio moral e sexual como responsabilidade das organizações também não significa absolver o assediador(a). Significa que para superar esse processo de violência no mundo do trabalho é preciso responsabilizar tanto o assediador quanto a organização, seja ela privada ou pública.

É preciso também entender como as relações sociais estão estabelecidas e como estas se desdobram no mundo do trabalho: divisão sexual do trabalho, as discriminações geracionais, o papel destinado aos homens e mulheres negras, às trabalhadoras e trabalhadores LGBTQIA+, à juventude periférica e o desprezo social construído com os incapacitados, adoecidos ou PCD.

A partir daí compreende-se a cadeia perversa de violências e porque os dados de pesquisas nacionais e internacionais (Barreto, 2000), (Barreto, 2005), (Hirigoyen, 2009), mostram que as maiores vítimas de assédio estão entre trabalhadores(as) adoecidos(as), mulheres e em maior grau mulheres negras, homens negros, faixa etária acima de 45 anos, num processo de segregação ocupacional, desigualdade de salários e oportunidades de crescimento (seja no setor privado ou público), humilhação, desqualificação, constrangimentos e abusos morais e sexuais.

Não podemos também deixar de registrar a tragédia da pandemia por covid, sentida de forma muito contundente pela população brasileira, que vivenciou um governo genocida no gerenciamento da crise sanitária e onde a maioria das mortes teve cor e classe social. Porém, para o capitalismo trouxe novas oportunidades de acelerar processos de organização do trabalho e intensificar a precarização e superexploração do corpo e da mente da Classe Trabalhadora.

O Teletrabalho, trabalho remoto, home office ou qualquer forma de trabalho não presencial cresceu vertiginosamente e percebemos que trabalhadoras e trabalhadores estão seduzidas(os) por essa organização do trabalho. Entre os fatores considerados positivos estão menos tempo perdido em deslocamento, flexibilidade de horários, mais tempo com a família e menos pressão da chefia. Sem dúvida convívio com a família, não ter o estresse do trânsito das grandes cidades e poder organizar seu tempo, podendo reservar mais tempo livre são desejos legítimos e importantes pra qualidade de vida de qualquer ser humano. Mas será que essas expectativas batem com os fatos?

Ainda não temos como analisar os dados de forma completa, mas algumas preocupações

precisam ser encaradas e enfrentadas, especialmente no que diz respeito ao trabalho exclusivamente remoto, pois tanto dados de pesquisas (Sintrajufe 2021) quanto reuniões e encontros pra debater o tema nos levam a dados e relatos expressivos de sobrecarga do trabalhador e trabalhadora que vêm sua quantidade de trabalho aumentar, sobretudo pela inserção tecnológica como whats e e-mail como ferramentas de trabalho, jornadas sem limites, sete dias por semana, 24h por dia, dificuldades com mobiliários, conexão internet, problemas de concentração, queda de produtividade, isolamento social e necessidade de gastos pessoais indevidos. Isso tudo com uma total desresponsabilização do empregador com as condições de trabalho e em muitos casos com exigência de maior produtividade (caso do Poder Judiciário em sua regulamentação do teletrabalho).

Nesse cenário, parece difícil achar uma saída, porém ela é possível e está, sem dúvida, como em qualquer transformação, na capacidade coletiva de resistir, reagir e construir outras formas de relação e regulação do mundo do trabalho.

Cada uma e cada um é chamado a fortalecer as organizações e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, cultivar uma cultura comunitária e de solidariedade no ambiente de trabalho, se desafiar a combater o próprio machismo, racismo outras formas de preconceitos que alimentam as opressões.

Por sua vez, as entidades sindicais e representativas precisam desempenhar seu papel na luta pela democratização das relações de trabalho, incluir essa discussão nas negociações coletivas e campanhas salariais do setor privado e público, reivindicar espaços de escuta e acolhimento de vítimas nas organizações e garantir esses espaços também na entidade sindical, investir em formação sobre o tema, instrumentalizar a estrutura da entidade sindical para acolher as vítimas e também para ter capacidade de processar as denúncias no âmbito administrativo e judicial e também responder de forma organizada e coletiva trabalhando a transgressão do injusto e intolerável, mobilizando a subjetividade de seus representados(as) para a transformação das situações que causam sofrimento nos ambientes de trabalho, propor mudanças nos modelos de gestão.

Esses são alguns caminhos e ações que podemos fazer para transformar essa realidade de violência e garantir um ambiente de trabalho digno, onde a integridade e dignidade humana sejam garantidas.



TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE UNIVERSIDADES E IFS NA LUTA PELA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Os últimos meses foram marcados por diversos acontecimentos que mais uma vez ligaram as luzes vermelhas de alerta para os ataques à educação brasileira.

De cortes no orçamento à cobrança de mensalidades o objetivo é apenas um: atacar a educação pública, promovendo mais uma vez o desmonte através da falta de financiamento.

Dentre tantos ataques já sofridos no mês de maio, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3262/19, das deputadas Chris Tonietto (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Caroline de Toni (PSL-SC), que permite pais a educar seus filhos em casa (o chamado homeschooling). O projeto modifica o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para deixar claro que a pena prevista para o crime de abandono intelectual, de detenção de quinze dias a um mês ou multa, a quem deixar, sem justa causa, de

prover a instrução primária de filho em idade escolar, não se aplica a pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar.

Na sequência o Governo Federal anunciou um corte bilionário para o orçamento das instituições públicas federais de ensino, na ordem de mais de 3 milhões de reais, o que na prática impossibilita a manutenção de diversos setores das instituições, como por exemplo, pagamento de luz, água, serviços terceirizados de higienização e segurança, até funcionamento de restaurantes universitário, bolsas para estudantes, entre outros.

Em outro momento foi apresentada uma PEC, Proposta de Emenda Constitucional pelo general Peternelli (União Brasil-SP) que teve como relator o deputado Kim Katagiri (União Brasil-SP), do MBL, autorizando a cobrança de mensalidades por universidades públicas.

Em meio a essa discussão, também ocorreu, na Câmara dos Deputados, o debate sobre a PEC 206/2019, que institui mensalidades nas universidades públicas para alunos de maior poder aquisitivo. A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) propôs um modelo de cobranças para alunos egressos de alta renda, o que teve uma maior aceitação por parte da oposição.

O caos, o descaso, a negligência, a negação do espaço educativo como transformador de uma sociedade, não há dúvida, é o objetivo do Governo Bolsonaro como projeto para a educação brasileira.

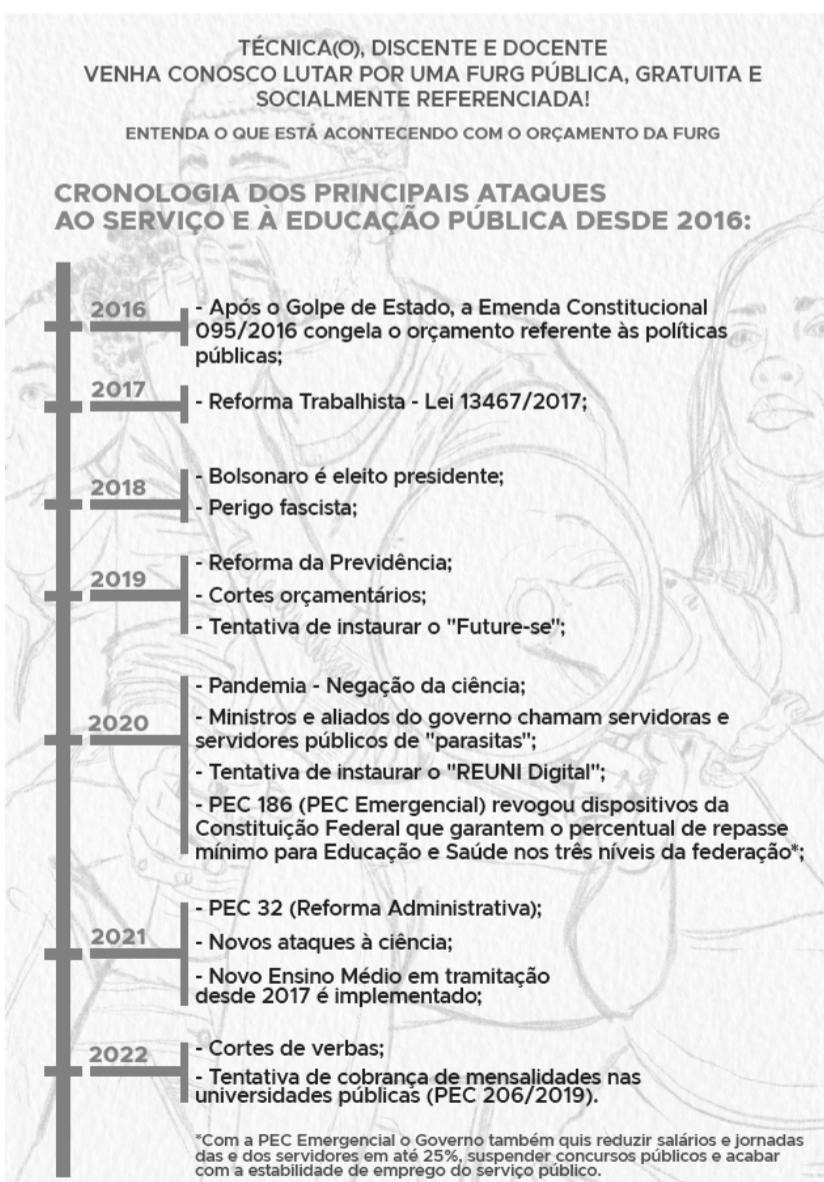
É necessário que haja uma mobilização de todos e todas para que esses retrocessos possam ser revertidos e que a educação brasileira seja protagonista da transformação do Brasil.

MOBILIZAÇÃO - Entidades da educação e do movimento estudantil realizaram atos nos estados, nos dias 9 e 14 de junho, contra todos os ataques ao setor, principalmente, contra os cortes de R\$ 3,2 bilhões do orçamento do MEC que vão atingir as universidades e institutos federais.

As manifestações também abordaram temas como a PEC 206 (que institui a cobrança de mensalidades nas IFE); contra as Instruções Normativas que determinam o corte automático de ponto em caso de greve e criam o teletrabalho; contra a Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos); contra a PEC 32 (reforma administrativa), entre outros.

NA FURG e no IFRS, APTAFURG, APROFURG, DCE e APG realizaram diversas atividades a fim de trazer o debate para o centro das discussões e mobilizar a comunidade acadêmica para a importância da mobilização, pois entendem que a única forma de resistir aos ataques é todos e todas estarem mobilizados. Foram realizadas rodas de conversa, panfletagem, atividades culturais, assembleia unificada com todos os segmentos, além de informar as comunidades onde a FURG tem campi.

SOBRE A CRISE NO ORÇAMENTO NA FURG - O reitor Danilo Giroldo, em entrevista ao programa Paralelo 30, afirmou que caso o governo não reverta a situação dos bloqueios no orçamento as consequências serão muito sérias para o funcionamento da FURG, como por exemplo afetando a assistência estudantil até aulas práticas e saídas de campo. "Precisamos comunicar sobre os impactos acadêmicos, estamos com dificuldades de manter as saídas de campo nas disciplinas e sabemos o quanto isso é importante para a qualidade do ensino nas aulas práticas, também na extensão que é financiada e isso tudo é impactado com esses cortes", afirmou o reitor.



CUIDADO COM OS LIVROS

Paula Liaroma - Poeta, livreira e conselheira do Conselho Municipal de Política Cultural, representante da Setorial da Literatura. Mediadora do grupo #leiamulheres Rio Grande e participante do grupo Mulherio das Letras de Rio Grande.



Gente, eu tenho certeza que não sou doida. É sério! Mas eu quero compartilhar com vocês uma coisa e tenho certeza que vocês pensarão isso. Quando lemos um livro e nos envolvemos com a história dele, acontecem coisas parecidas na nossa vida. Comecei a reparar isso quando li o livro “Canção de Ninar”, da Leila Slimani. Nele, uma das personagens, a babá, pessoa um tanto quanto excêntrica, reclamava da casa pobre em que vivia. Uma das suas principais queixas era ter o piso do box, quebrado. Acreditam que logo após terminar de ler o livro, o piso do meu box quebrou?

Depois aconteceu algo quando li o livro “Assombração da Casa da Colina”, da Shirley Jackson. Apareciam barulhos estranhos e outros fenômenos anormais na casa das personagens; e na minha, um dia após eu ter lido o livro, apareceu um barulho na parede do quarto. Cinco anos morando na casa e nenhum barulho naquela parede. Comentei

o fato com o meu marido e ele disse que poderia ser do encanamento de dentro da parede. Mostrei o lugar de onde tinha vindo o barulho e perguntei se tinha cano ali. Ele disse que não e foi embora sem demonstrar nenhuma preocupação com o caso. O barulho nunca mais apareceu, além da tarde daquele dia.

Teve uma vez em que li o conto “O gato preto”, do Edgar Allan Poe. Contava a história de um homem malvado que bebia e ficava violento, e que em um dos ataques de violência arrancou o olho do seu gato. Estou eu na sala em um dia quente, com a porta aberta, terminando de ler o livro, sentada no sofá que fica em frente à porta da rua e entra o meu gato Mimoso/Tinhoso com o olho esquerdo machucado e fechado. Fiquei apavorada e fui correndo verificar o olho do bicho. Foi culpa do livro, pensei. No dia seguinte o olho já estava aberto e sarado, nem precisei levar no veterinário.

A essa altura do campeonato vocês já devem estar me passando um atestado de maluca, mas juro que é tudo verídico. O pior aconteceu há pouco tempo atrás quando comecei a ler “Torto Arado”, do Itamar Vieira Junior. Nesse livro, duas jovens irmãs ferem suas línguas ao enfiar nas suas bocas a faca que retiraram da mala da avó. No dia seguinte em que comecei a ler o livro, me descuidei e fiz um pequeno corte no meu dedo quanto estava preparando o almoço. Logo associei as coisas.

Já preocupada com o andar dessas coincidências, tenho evitado os livros de terror ou de suspense. A única dúvida que me resta nessa história toda é: - Qual livro eu devo ter lido para estar vivendo em um país governado por uma gente que combate a Ciência e a Educação, que é opressora, preconceituosa, homofóbica, retrógada e machista? Terá sido “1984”, de George Orwell ou terá sido “O conto da Aia”, da Margaret Atwood?

Poemas de **Paula Liaroma**

NEM UM DIA É IGUAL NO MAR

Um dia de sol,
um dia de chuva,
um dia de vento no mar.
A areia fofa,
a areia com desenhos,
o barro difícil de pisar.
Ondas altas, ondas revoltas,
mar perfeito para nadar.
Conchas, mães d'água,
aves voando, azuis caravelas.
Pessoas se amando,
Alguém com um perdido olhar.
Praia cheia, praia deserta,
pescadores, desportistas,
oferendas para lemanjá.
E, mesmo que eu volte todos os dias,
a paisagem, as pessoas serão
sempre diferentes,
Porque nem um dia é igual no mar!

A AVE

A ave plaina sobre o mar.
Seu olhar, focado e preciso,
transpassa a água.
Quando encontra seu objetivo,
mergulha feito um míssil!
O que ela pesca?
A poesia!
O mar está cheio de poemas bonitos!

BEIJO SALGADO

Beijo salgado
dentro do mar.
A água serpenteando pela nossa pele,
queimando nossas bocas.
Nossos corpos embalados
pelo vai e vem das ondas.
Tudo o que está fora,
Desparece!

FAZ A TUA VOZ SER OUVIDA

É hora de somar forças. Somente com nossa união teremos voz para que nos ouçam. E, para isso, precisamos muito do teu apoio. Defende a tua categoria. Defende os teus direitos. Defende a classe trabalhadora.

FILIE-SE À APTAFURG



**NÓS DEFENDEMOS TEUS DIREITOS.
NÓS LUTAMOS POR TUAS CONQUISTAS.
VEM COM A GENTE!**



**SINDICATO
NALUTA**

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

EXPEDIENTE

ENDEREÇO

Rua Padre Nilo Gollo, 76,
São Jorge, Rio Grande RS.
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417
Whatsapp: (53)98428-5716
(53)98428-5688
Email: aptafurg@aptafurg.org.br

COORDENAÇÃO GERAL

Celso Luis Sá Carvalho
Maria de Lourdes Fonseca Lose
Rafael Missiunas

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Lara Nasi
Maria de Lourdes Fonseca Lose
Carlos Eduardo Pereira de Quadros

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258
Tel.: (53) 9945-8125
marcioliveira2000@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO:

Editora Casaletras - contato@casaletras.com

IMPRESSÃO: Gráfica Uma

TIRAGEM: 1.000 exemplares